


## SAÚDE MENTAL E SUAS VÁRIAS NARRATIVAS PÓS REFORMA PSIQUIÁTRICA

*MENTAL HEALTH AND ITS VARIOUS NARRATIVES POST PSYCHIATRIC REFORM*

**Luis Henrique da Silva Costa<sup>1</sup>**

Faculdade Pitágoras - Paço do Lumiar


Psi.luishenrique@gmail.com

 <https://orcid.org/perfil>

**Helena Côrtes de Alencar<sup>2</sup>**

Universidade Estácio de Sá / IDOMED – Rio de Janeiro


Febohelena@gmail.com

 <https://orcid.org/perfil>

**Ana Beatriz Farias Silva<sup>3</sup>**

Universidade Estácio de Sá / IDOMED – Rio de Janeiro

biaf1997@gmail.com

 <https://orcid.org/perfil>

**RESUMO** A Reforma Psiquiátrica no Brasil, iniciada nos anos 1980, trouxe uma mudança significativa na abordagem da saúde mental, com foco na desinstitucionalização e no cuidado comunitário. Esse processo visou garantir os direitos das pessoas em sofrimento psíquico e romper com o modelo hospitalocêntrico, substituindo-o por uma rede de atenção psicossocial. Com isso, surgiram novas narrativas e práticas de cuidado, voltadas para a inclusão social, autonomia e respeito à diversidade de experiências dos indivíduos. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar as várias narrativas que emergem na saúde mental após a Reforma Psiquiátrica no Brasil, destacando suas implicações para o cuidado em saúde mental. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica integrativa. Foram selecionados artigos, livros e teses, disponíveis em bases de dados como SciELO, LILACS e GOOGLE ACADEMICO. Os critérios de inclusão foram publicações entre os anos 2018 e 2023, em português, que discutam o impacto da Reforma Psiquiátrica, a formação de narrativas sobre a saúde mental e suas implicações para os profissionais e usuários do sistema de saúde. **Resultados e Discussões:** A Reforma Psiquiátrica promoveu uma pluralidade de narrativas em saúde mental, pautadas na humanização, inclusão e construção de redes de apoio comunitário. Essas narrativas desafiam o estigma associado ao sofrimento mental, promovendo uma visão de acolhimento e cuidado integral. **Considerações Finais:** As novas narrativas da saúde mental pós-Reforma Psiquiátrica representam um avanço importante para a humanização do cuidado, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa do sofrimento psíquico.

**Palavras-chave:** Reforma Psiquiátrica; Inclusão Social; Atenção Psicossocial; Desinstitucionalização; Direitos Humanos.

<sup>1</sup> Formado em psicologia pela Faculdade Pitágoras São Luís, Pós-graduado em Tanatologia pela UNIBF, Pós-graduado em Saúde Pública com Ênfase na Saúde da Família pela Faculdade UNOPAR, Pós-graduado em Saúde mental pela Faculdade Anhanguera.

<sup>2</sup> Graduanda de Medicina pela Universidade Estácio de Sá / IDOMED.

<sup>3</sup> Graduanda de Medicina pela Universidade Estácio de Sá / IDOMED

**ABSTRACT** The Psychiatric Reform in Brazil, which began in the 1980s, brought about a significant change in the approach to mental health, focusing on deinstitutionalization and community care. This process aimed to guarantee the rights of people with mental suffering and to break with the hospital-centric model, replacing it with a psychosocial care network. As a result, new narratives and care practices emerged, focused on social inclusion, autonomy, and respect for the diversity of individuals' experiences. Objective: This study aims to analyze the various narratives that emerged in mental health after the Psychiatric Reform in Brazil, highlighting their implications for mental health care. Methodology: This is a qualitative research, based on an integrative literature review. Articles, books, and theses available in databases such as SciELO, LILACS, and GOOGLE ACADEMICO were selected. The inclusion criteria were publications between 2018 and 2023, in Portuguese, that discuss the impact of the Psychiatric Reform, the formation of narratives on mental health and its implications for professionals and users of the health system. Results and Discussions: The Psychiatric Reform promoted a plurality of narratives in mental health, based on humanization, inclusion and the construction of community support networks. These narratives challenge the stigma associated with mental suffering, promoting a vision of welcoming and comprehensive care. Final Considerations: The new narratives of mental health after the Psychiatric Reform represent an important advance for the humanization of care, promoting a more inclusive and respectful vision of psychological suffering.

**Keywords:** Psychiatric Reform; Social Inclusion; Psychosocial Care; Deinstitutionalization; Human Rights.

## INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica, iniciada na década de 1980 no Brasil, constituiu um marco transformador no campo da saúde mental. Segundo Marinho *et al.*, (2024) A reforma Visa humanizar o tratamento de pessoas em sofrimento psíquico e romper com o modelo hospitalocêntrico, essa reforma propôs a transição de uma abordagem centrada no isolamento em instituições para um cuidado realizado em redes de apoio comunitário. A partir dessa mudança, emergiram práticas voltadas para a inclusão, o respeito à dignidade e a promoção da autonomia dos indivíduos com transtornos mentais (De Oliveira, Goto, 2022). Esse processo de transformação, além de desafiar paradigmas consolidados, buscou promover a desinstitucionalização, incentivando o desenvolvimento de serviços abertos e acessíveis, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), voltados para o tratamento integral e comunitário.

De acordo com Da Silva Cabral, Mota (2021) O movimento de Reforma Psiquiátrica, fundamentado em diretrizes nacionais e influências internacionais, promoveu novas perspectivas e narrativas sobre a saúde mental, que se afastam das práticas asilares e repressivas do passado. Já para Salcedo, De Melo, (2022) A partir dessa transição, surgiram discursos e práticas que enfatizam a participação ativa do paciente em seu tratamento e sua reintegração social. As novas diretrizes foram amparadas por legislações como a Lei nº 10.216/2001, que estabeleceu a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e orientou os serviços de saúde mental em uma direção mais inclusiva. Esse contexto refletiu um esforço coletivo para redefinir a forma como o

sofrimento psíquico é entendido e tratado, promovendo uma mudança cultural e social em torno das questões de saúde mental (Oliveira *et al.*, 2023).

No entanto, a implementação dessas mudanças não se deu sem desafios, e o processo de construção de novas narrativas em saúde mental pós-Reforma Psiquiátrica encontra ainda obstáculos que limitam o alcance e a eficácia dos serviços oferecidos (Vale *et al.*, 2019). Em diversas regiões do país, a escassez de recursos, a falta de capacitação adequada dos profissionais e as dificuldades de articulação entre os diferentes níveis de atenção em saúde mental são evidentes. Além disso, questões como o estigma social e a resistência de setores que ainda mantêm vínculos com o modelo manicomial representam barreiras que interferem na consolidação plena das práticas comunitárias e integrativas. Esses entraves indicam a necessidade de um esforço contínuo e estruturado para que as diretrizes reformistas sejam efetivamente incorporadas ao sistema de saúde (Costa, Faria, 2021).

Diante desse panorama, investigar as diferentes narrativas que emergiram no campo da saúde mental após a Reforma Psiquiátrica revela-se essencial para compreender as transformações, limitações e os avanços conquistados nesse período (Devera, 2021). Essas narrativas expressam a multiplicidade de visões e práticas que convivem no sistema de saúde mental brasileiro, evidenciando tanto os progressos em termos de humanização e inclusão quanto os desafios que persistem. A análise das várias perspectivas permite não apenas uma avaliação crítica da reforma, mas também um olhar sobre as necessidades atuais e as possibilidades de aprimoramento das políticas de saúde mental.

## MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos no presente artigo, utilizamos os recursos da pesquisa de revisão bibliográfica, qualitativa em relação a reforma psiquiátrica, a algumas relações históricas entre a sociedade e a loucura, e ao que, atualmente, está sendo chamado de Reforma Psiquiátrica. Essa revisão visou analisar os artigos, capítulos de livros, tese e dissertações, nas respectivas repositórios: Scielo, Lilacs e Google Acadêmico.

Outra ferramenta que trouxe a formulação do presente artigo foi a mensuração entre os anos, aos quais foram: 2018 a 2023, sendo localizados 230 artigos, utilizando como busca as palavras-chaves: “Reforma Psiquiátrica”, “Psiquiatria”, “Evoluções da Psiquiatria”, “Psiquiatria Brasileira”, “Pós-Reforma Psiquiátrica”, resultando um afunilamentos sobre todos os artigos encontrados, levando em consideração a aproximação ao tema proposta, os que não tinha conexão próxima ao tema form descartados e os que tinham conexão foram incluídos, ao todos forma incluso 20 artigos.

## RESULTADOS

A Reforma Psiquiátrica brasileira, desencadeada nos anos 1980, foi um marco histórico no tratamento da saúde mental, com profundas implicações para os modos de cuidado e a percepção social do sofrimento psíquico (Carneiro, Ayres, 2023). Esta reforma se propôs a transformar o modelo até então vigente, que era predominantemente hospitalocêntrico e pautado na institucionalização, promovendo uma mudança para um cuidado mais humano e centrado no indivíduo (Sousa, Jorge, 2018). Com isso, o tratamento de pessoas com transtornos mentais passou a privilegiar a reintegração social e o apoio em redes comunitárias, com o objetivo de fomentar autonomia e respeitar a dignidade desses indivíduos (Tusi, 2022). Assim, o movimento reformista trouxe à tona novas perspectivas e práticas que passaram a estruturar a assistência à saúde mental no Brasil.

De acordo com Yasui e Barzaghi, (2018) o movimento de Reforma Psiquiátrica foi consolidado pela promulgação da Lei nº 10.216/2001, que estabeleceu diretrizes para a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, definindo, entre outras coisas, o fechamento gradual dos hospitais psiquiátricos e a criação de uma rede de serviços abertos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses serviços, organizados em níveis de complexidade variados, visam atender às demandas da população de maneira integrada e territorializada, permitindo um acompanhamento mais próximo e contínuo dos pacientes (Pinho, Souza, Esperidião, 2018). Assim, a reforma procurou romper com práticas antigas de confinamento, valorizando a assistência em saúde mental como um direito fundamental.

Essa mudança estrutural também trouxe consigo novas narrativas sobre a saúde mental, que passaram a enfatizar o papel da comunidade e a responsabilidade coletiva no cuidado. Os CAPS e outros serviços substitutivos, como residências terapêuticas e equipes de atenção domiciliar, passaram a constituir uma rede de suporte que não apenas atende às necessidades de saúde mental, mas também busca reintegrar o indivíduo à sociedade, envolvendo a participação de familiares e outros atores sociais no processo de cuidado (Rocha, Pegararo, Prochno, 2022). Dessa forma, a saúde mental começou a ser vista sob uma ótica de inclusão e de corresponsabilidade social, o que contribui para desestigmatizar o sofrimento psíquico e ressignificar as percepções sobre o transtorno mental (Pinho, Souza, Esperidião, 2018).

Segundo Figueiredo, (2019) o avanço da Reforma Psiquiátrica no Brasil não ocorreu sem enfrentar desafios e resistências, pois em muitos locais a transição do modelo manicomial para uma abordagem comunitária tem sido dificultada por uma série de fatores, incluindo a falta de recursos

financeiros, a carência de profissionais qualificados e a resistência de setores que ainda mantêm práticas ligadas ao modelo asilar. Essa situação reflete as disparidades regionais e a complexidade do sistema de saúde brasileiro, onde a implementação de políticas públicas enfrenta barreiras estruturais (Hernandes, 2019). Além disso, a visão estigmatizante ainda presente na sociedade contribui para que muitos pacientes em sofrimento mental permaneçam marginalizados, mesmo com as novas diretrizes que preveem um tratamento humanizado e integrado (Oliveira, Szapiro, 2021).

As diferentes narrativas que emergem no campo da saúde mental após a Reforma Psiquiátrica refletem não apenas um avanço em termos de humanização, mas também uma diversidade de concepções sobre o que constitui cuidado e acolhimento (Torre *et al.*, 2018). Essas narrativas incluem desde discursos sobre empoderamento e autonomia até reflexões sobre a vulnerabilidade e os direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico (Figueiredo, 2019). Além disso, há uma crescente valorização das perspectivas dos próprios usuários dos serviços, que passam a ter voz ativa nos espaços de discussão e nos processos de decisão sobre seus tratamentos (Pinho, Souza, Esperidião, 2018). Esse aspecto representa um rompimento com o modelo tradicional, no qual o paciente era passivo, e destaca a importância da participação ativa no seu próprio processo de reabilitação.

Paralelamente, observa-se uma importante discussão sobre o papel dos profissionais de saúde mental na construção dessas novas práticas de cuidado (Gama *et al.*, 2021). A formação de profissionais aptos a lidar com as demandas do modelo comunitário e humanizado é fundamental para o sucesso das políticas de saúde mental, e a falta de capacitação adequada pode comprometer a qualidade do atendimento (Biz *et al.*, 2018). No entanto, a formação continuada e a valorização de abordagens interdisciplinares contribuem para o desenvolvimento de práticas mais acolhedoras e efetivas. Além disso, a articulação entre os diferentes setores da rede de saúde e a promoção de um trabalho conjunto com outros profissionais, como assistentes sociais e educadores, possibilitam um atendimento mais completo e integrativo.

Ainda assim, mesmo com os avanços e os novos discursos, há críticos que questionam a capacidade da Reforma Psiquiátrica de atender plenamente as necessidades dos indivíduos em sofrimento psíquico (Coscrato, 2018). Para Salvalgio *et al.*, (2018) Argumenta-se que o sistema de saúde mental brasileiro, apesar das melhorias, enfrenta sobrecarga e falta de suporte em várias regiões do país, o que limita o acesso de muitos pacientes aos serviços especializados. Ainda segundo o mesmo autor existe algumas áreas onde os CAPS e outras unidades não conseguem absorver a demanda, o que leva a um atendimento insuficiente e a um retorno às internações em

hospitais psiquiátricos. Essas limitações indicam a necessidade de revisão e ampliação das políticas públicas de saúde mental, de modo a assegurar que a assistência alcance de fato todas as camadas da população.

Por fim, ao analisarmos as várias narrativas da saúde mental pós-Reforma Psiquiátrica, compreendemos que a trajetória percorrida pelo movimento é marcada por avanços e desafios (Carneiro, Ayres, 2023). A humanização do atendimento, a inclusão social e a promoção da autonomia dos indivíduos em sofrimento psíquico representam conquistas inegáveis. No entanto, para que esses valores se consolidem plenamente, é essencial que os investimentos na área de saúde mental sejam ampliados e que se busque a superação das barreiras que ainda limitam o alcance dessas práticas (Sousa, Jorge, 2018). Assim, o futuro da saúde mental no Brasil depende de um compromisso constante com o aprimoramento das políticas públicas e com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e compreensiva, capaz de acolher e valorizar a diversidade humana em toda a sua complexidade (Tusi, 2022).

## DISCUSSÃO

De acordo com Figueiredo, (2019) a Reforma Psiquiátrica brasileira representou um divisor de águas nas práticas de cuidado e assistência à saúde mental, inaugurando um modelo que prioriza o cuidado comunitário, a reintegração social e o respeito aos direitos das pessoas com transtornos mentais. No entanto, (Rocha, Pegararo, Prochno, 2022) afirma que o desenvolvimento dessa nova perspectiva, emergiram narrativas diversas sobre a saúde mental, refletindo tanto as conquistas quanto os desafios da implementação desse sistema. A variedade de discursos revela uma tentativa de responder às demandas de uma sociedade que se torna cada vez mais consciente da importância da saúde mental, mas que, ao mesmo tempo, ainda enfrenta barreiras significativas para garantir o acesso universal e igualitário ao tratamento (Carneiro, Ayres, 2023).

Um dos principais pontos de discussão que permeia essas novas narrativas é a necessidade de recursos adequados para viabilizar o modelo comunitário de saúde mental. Embora os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tenham sido idealizados como substitutos dos antigos hospitais psiquiátricos, muitos enfrentam escassez de profissionais, falta de infraestrutura e recursos limitados (Yasui e Barzagli, 2018). Essa realidade compromete a capacidade desses serviços de atender à demanda crescente de pacientes, especialmente em regiões de baixa cobertura e em áreas rurais. Assim, ainda que a desinstitucionalização seja um objetivo louvável, ela só pode ser plenamente efetiva com um suporte estruturado e contínuo, que permita aos CAPS desempenharem seu papel na rede de atenção psicossocial (Pinho, Souza, Esperidião, 2018).

Outro aspecto relevante nas narrativas pós-Reforma Psiquiátrica é a visão estigmatizante que ainda cerca o sofrimento psíquico, apesar dos avanços na compreensão e no respeito aos direitos dos indivíduos com transtornos mentais (Oliveira, Szapiro, 2021). Em muitos contextos, persiste o preconceito, o que leva ao isolamento social dos indivíduos e dificulta sua inclusão plena na sociedade. Essa questão não apenas afeta a experiência dos usuários do sistema de saúde mental, mas também compromete a eficácia dos serviços oferecidos, já que o estigma pode inibir o acesso ao tratamento. As narrativas que surgem nesse contexto refletem a necessidade de uma conscientização social ampliada, que possa reduzir o preconceito e promover uma cultura de acolhimento e respeito (Hernandes, 2019).

Ademais, as novas práticas e discursos da saúde mental no Brasil destacam a importância da participação ativa dos pacientes no processo de cuidado (Vale *et al.*, 2019). Diferente do modelo tradicional, onde o indivíduo era passivo, o modelo reformista valoriza o protagonismo dos usuários dos serviços, incentivando sua autonomia e capacidade de decisão sobre o próprio tratamento. Segundo Da Silva Cabral, Mota (2021) essa abordagem participativa tem mostrado resultados positivos na promoção de uma recuperação mais engajada e personalizada. Entretanto, tal modelo exige que os profissionais de saúde mental estejam preparados para ouvir e respeitar as especificidades e os desejos dos pacientes, o que demanda uma formação mais humanizada e atenta à diversidade de cada experiência.

A formação dos profissionais de saúde mental é, de fato, um dos pontos críticos para a consolidação das práticas pós-Reforma Psiquiátrica (Gama *et al.*, 2021). Ainda há uma lacuna considerável na preparação dos profissionais para lidar com a complexidade dos casos em saúde mental e as demandas específicas do modelo comunitário. A formação interdisciplinar e o investimento em capacitação contínua são essenciais para que os profissionais estejam aptos a atuar de maneira integrada e humanizada (Biz *et al.*, 2018). Esse preparo inclui não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma sensibilidade para entender e acolher as diferentes realidades dos pacientes, o que é fundamental para o sucesso das práticas de cuidado centradas no indivíduo.

Por fim, a análise das narrativas que permeiam a saúde mental pós-Reforma Psiquiátrica aponta para a necessidade de um esforço conjunto, que envolva tanto o poder público quanto a sociedade civil (Costa, Faria, 2021). A efetividade do modelo comunitário depende de políticas públicas robustas e de um compromisso social com a valorização da saúde mental. Isso inclui, além do fortalecimento dos CAPS e da rede de atenção psicossocial, o combate ao estigma, o incentivo a campanhas de conscientização e o desenvolvimento de programas de apoio às famílias e

comunidades (Coscrato, 2018). Somente com uma ação integrada será possível garantir que os valores de autonomia, inclusão e respeito promovidos pela Reforma Psiquiátrica sejam efetivamente incorporados e se tornem parte da cultura de cuidado em saúde mental no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas que emergiram na saúde mental após a Reforma Psiquiátrica no Brasil refletem uma transformação significativa na abordagem ao sofrimento psíquico, privilegiando o cuidado comunitário, a autonomia e o respeito à dignidade humana. Esse movimento, impulsionado por novas políticas públicas e legislações, busca substituir o modelo manicomial por uma rede de serviços mais inclusiva e humanizada. As transformações promovidas pelo modelo reformista trouxeram conquistas inegáveis no sentido de promover uma sociedade mais inclusiva e conscientizada sobre a importância do acolhimento das pessoas com transtornos mentais. No entanto, o alcance dessas conquistas ainda depende de um esforço contínuo para superar desafios estruturais e culturais que persistem no sistema de saúde mental.

A diversidade de narrativas reflete as complexas realidades dos serviços de saúde mental no Brasil, revelando tanto avanços quanto limitações. A falta de recursos e a insuficiência de profissionais qualificados, especialmente em regiões periféricas e rurais, representam obstáculos que dificultam a consolidação plena do modelo de atenção psicossocial. A ampliação do investimento público e a criação de estratégias para a distribuição equitativa de recursos e serviços são essenciais para garantir que as diretrizes da Reforma Psiquiátrica atinjam todas as regiões e populações do país. Sem esse suporte estrutural, as práticas humanizadas e comunitárias, que são o cerne das novas narrativas, ficam restritas a poucos contextos, limitando seu impacto.

Além dos desafios estruturais, o estigma social ainda é uma barreira significativa para a inclusão plena de pessoas com transtornos mentais na sociedade. Apesar das novas abordagens em saúde mental e dos avanços na legislação, o preconceito persiste, afetando a qualidade de vida dos indivíduos e dificultando seu acesso aos serviços de saúde. O combate ao estigma demanda tanto políticas de conscientização quanto mudanças na cultura social, promovendo uma visão mais empática e acolhedora em relação ao sofrimento psíquico. A promoção de campanhas educativas e o incentivo à participação de familiares e comunidades no processo de cuidado são passos fundamentais para a construção de um ambiente mais receptivo e compreensivo.

Conclui-se que, para que as narrativas de humanização e inclusão se tornem uma realidade abrangente na saúde mental brasileira, é necessário um compromisso coletivo com o fortalecimento das políticas públicas e a valorização da saúde mental como um direito humano essencial. A



superação dos entraves estruturais e culturais exige a colaboração entre governos, profissionais de saúde, instituições acadêmicas e a sociedade civil, visando construir uma rede de atenção psicossocial sólida e eficaz. Assim, o futuro da saúde mental no Brasil dependerá de um compromisso com a continuidade e o aprimoramento das práticas reformistas, de modo a garantir que todos os indivíduos em sofrimento psíquico possam ter acesso a um tratamento digno, respeitoso e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

- BIZ, Carla Vanessa do Nascimento Ferreira et al. A importância da atuação do profissional farmacêutico na saúde mental. **Semioses**, v. 12, n. 4, p. 145-162, 2018.
- CARNEIRO, Pedro Carlos; AYRES, José Ricardo de. Residência Médica e Reforma Psiquiátrica brasileira: convergências e conflitos na formação para o cuidado em saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33047, 2023.
- COSCRATO, Nathália de Moraes. **A aplicação de garantias penais às medidas de segurança no contexto da reforma psiquiátrica brasileira**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- COSTA, Pedro Henrique Antunes da; FARIA, Nicole Costa. “E agora, José”? Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica brasileiras na encruzilhada. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310412, 2021.
- DA SILVA CABRAL, Kelvis Marques; MOTA, Daniela Cristina Belchior. A REFORMA PSQUIÁTRICA BRASILEIRA E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: O QUE DIZEM OS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL?. **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, v. 2, n. 4, 2021.
- DE OLIVEIRA, João Lucas Santos; GOTO, Tommy Akira. O Repensar das Relações Terapêuticas da Saúde Mental em um Hospital Universitário:: Uma Narrativa Historiobiográfica Pós Reforma Psiquiátrica. **Revista Educação e Humanidades**, v. 3, n. 1, p. 98-123, 2022.
- DEVERA, Disete. Supervisão Clínico-Institucional: história, usos e sentidos na Reforma Psiquiátrica. 2021.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. Uma breve revisão da reforma psiquiátrica no Brasil e sua relação com a psicanálise ea psicologia. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 44, p. 78-87, 2019.
- HERNANDES, Lincon Fricks. Dimensões da reforma psiquiátrica no Brasil. **Revista Artigos. Com**, v. 8, p. e1676-e1676, 2019.
- GAMA, Carlos Alberto Pegolo da et al. Os profissionais da Atenção Primária à Saúde diante das demandas de Saúde Mental: perspectivas e desafios. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200438, 2021.
- MARINHO, Lúcia de Fátima Pereira Leite et al. REDEFININDO O CUIDADO PSQUIÁTRICO: INOVAÇÕES, DESAFIOS E O CAMINHO PARA UM FUTURO MAIS HUMANIZADO NA SAÚDE MENTAL. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 180-191, 2024.
- OLIVEIRA, Edmar; SZAPIRO, Ana. Porque a Reforma Psiquiátrica é possível. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 15-20, 2021.

OLIVEIRA, Karla Camilla do Nascimento et al. A privação da liberdade pela medida de segurança em face da luta antimanicomial: análise da efetivação da Lei Nº 10.216/2001 na Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba. 2023.

PINHO, Eurides Santos; SOUZA, Adrielle Cristina Silva; ESPERIDIÃO, Elizabeth. Processos de trabalho dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 141-152, 2018.

ROCHA, Patrícia Lorena Resende; PEGORARO, Renata Fabiana; PRÓCHNO, Caio Cesar Souza Camargo. Centros de Atenção Psicossocial segundo Seus Usuários: Uma Revisão Integrativa. **Revista Psicologia e Saúde**, p. 151-164, 2022.

SALCEDO, Diego Andres; DE MELO, Eduarda Cristina Soares. Saúde mental e reforma psiquiátrica nos selos postais brasileiros. **Asklepion: Informação em Saúde**, v. 2, n. 1, p. 87-109, 2022.

SOUSA, Fernando Sérgio Pereira de; JORGE, Maria Salete Bessa. O retorno da centralidade do hospital psiquiátrico: retrocessos recentes na política de saúde mental. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, p. e0017201, 2018.

TORRE, Eduardo Henrique Guimarães et al. **Saúde Mental, Loucura e Diversidade Cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte-cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil**. 2018. Tese de Doutorado.

TUSI, Vitória Noronha. Educação popular em saúde mental: uma revisão narrativa de literatura. 2022.

YASUI, Silvio; BARZAGHI, Natália. História, memória e luta: a construção da Reforma Psiquiátrica no Brasil. **Convención Internacional de Salud, Cuba Salud**, 2018.

VALE, Carlos Henrique Felipe Pereira et al. Saúde mental no Brasil e os desafios da gestão em saúde: uma revisão narrativa da literatura. 2019.